



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

ATA N.º 1/2015

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no edifício da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses e Paula Catarina Castelo Borges Andrade, que justificaram as ausências.

Em representação da Câmara Municipal, participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, José Duarte Barbosa Cabecinha, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Marco Paulo da Silva Teixeira.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início à primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, saudou todos os presentes e, de uma forma especial, todos os elementos da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Aproveitou a oportunidade para agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, o facto de ter aceite o convite, para a realização da sessão no espaço concelhio daquela freguesia.

De seguida, fez referência para que continuassem a trabalhar com determinação e dedicação para o cumprimento da missão a que se propuseram, em prol do desenvolvimento do concelho e do bem-estar da população, independentemente dos desânimos que pudessem surgir, porque só assim seriam capazes de enfrentar os desafios que fossem colocados à sociedade.

De seguida, a Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Posteriormente, foi votada a ata da quinta sessão ordinária, respeitante ao dia 11 de novembro de 2014, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 12 de novembro de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, informando de que a mesma se encontrava disponível para consulta, destacando apenas a de maior relevância:

- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual solicitava à Assembleia Municipal a eleição de um presidente de Junta de Freguesia e do suplente para integrar o referido Congresso Nacional, na qualidade de delegado do Município de Lagoa;
- Convocatória para o Conselho de Ilha, a realizar-se no dia 2 de março, no Auditório da Associação Agrícola;
- Ofício endereçado pela viúva do senhor Dorvalino Moniz, agradecendo a homenagem prestada por aquele Órgão, solicitando para que fosse transmitido a todos os membros da Assembleia o seu reconhecimento pelo ato simbólico e a respetiva fundamentação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DIA:

No período de antes da ordem do dia usou da palavra o Deputado Municipal Gilberto Borges, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e de anfitrião, agradecendo, em seu nome pessoal e da Junta de Freguesia do Rosário, à Mesa da Assembleia Municipal o facto de tomar a iniciativa de descentralizar as reuniões pelas diversas freguesias do concelho, saudando todos os membros presentes.

Posteriormente, referiu que aquela atitude era digna de registo uma vez que, de certo modo, reconhecia e valorizava o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia.

No momento seguinte, informou de que o espaço era pequeno, mas certamente acolhedor, esperando que no final ficassem todos satisfeitos pela realização da sessão naquele espaço. Mencionou, ainda, que o edifício da Junta de Freguesia estava totalmente ocupado pelas diversas instituições da freguesia. Assim, no rés do chão estava instalada a Secretaria da Junta de Freguesia, o atelier de artesanato do Centro Sócio Cultural da Atalhada e a RIAC. No primeiro

piso estava o salão nobre, o gabinete do Presidente, o Instituto Padre João José Tavares, o Núcleo da Liga dos Combatentes, o Clube de Pesca Desportiva, o 1.º ano de catequese e uma cozinha, que estava devidamente equipada para cursos de culinária.

No segundo piso existiam dois quartos, que serviam de arquivo e uma sala que era utilizada pelas Assistentes Sociais da Lagoa, para reuniões de apoio a famílias carenciadas, constatando-se, assim, que o espaço estava totalmente ocupado ao serviço da comunidade.

De seguida, convidou todos os presentes para que, no final dos trabalhos, se dirigissem à cozinha, onde seria oferecido um lanche com produtos regionais.

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs à Assembleia Municipal a aprovação de dois votos de louvor, antes de se dar início aos trabalhos da ordem do dia, nomeadamente:

VOTO DE LOUVOR AOS LIONS CLUBE DE LAGOA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de louvor aos Lions Clube de Lagoa, o qual abaixo se transcreve:

“Considerando os 100 anos do Lionísmo no mundo, data que foi assinalada pelos Lions Clube de Lagoa e que contou com a prestigiosa presença do 1.º Vice-presidente da Associação Internacional dos Lions Clube, Jitsuhiro Yamada.

Considerando que, ao longo de mais de duas décadas, os Lions Clube de Lagoa assumiram um papel relevante a nível social, pelo serviço que tem desenvolvido em prol dos mais carenciados e com o qual o município de Lagoa mantém uma parceria no desenvolvimento de ações, que promovem o bem público.

Considerando que, durante o seu percurso, os Lions Clube de Lagoa têm desempenhado com entusiasmo e dedicação as suas atividades lionísticas, as quais prestigiam valores como o voluntariado e o espírito de interajuda, que assumem, atualmente, crucial importância, tendo em conta o momento difícil que atravessamos.

Deste modo, no âmbito dos 100 anos de lionísmo, proponho a atribuição de um voto de louvor aos lions Clube de Lagoa, como forma de reconhecer e dignificar o exercício das suas ações de caráter social, desenvolvidas no concelho de Lagoa, evidenciando a sua dedicação às causas públicas, que têm contribuído para uma sociedade mais justa e desenvolvida, colocando, em primeiro lugar, as pessoas e as famílias.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor;
- A Assembleia Municipal delibere dar conhecimento deste voto de louvor aos Lions Clube de Lagoa.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de louvor aos Lions Clube de Lagoa.

VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DE PATINAGEM DE SANTA CRUZ:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de louvor ao Clube de Patinagem de Santa Cruz, o qual abaixo se transcreve:

“Desde a sua fundação, há 20 anos, que o Clube de Patinagem de Santa Cruz tem desempenhado, com brilhantismo, dedicação e entusiasmo a sua atividade desportiva, que muito tem contribuído para a promoção da Região e do concelho de Lagoa.

Ao longo destes 20 anos, o Clube de Patinagem de Santa Cruz tem pautado o seu comportamento pelo rigor e pela competência, traduzido pelos êxitos alcançados pelos seus atletas, nas mais diversas competições de âmbito regional, nacional e internacional, o que muito tem orgulhado o município de Lagoa.

Com 20 anos de vida, esta é, certamente, uma data memorável na história do Clube de Patinagem de Santa Cruz, já que está associada à realização da prova de âmbito nacional em Patinagem Artística, pela primeira vez nos Açores, e em particular na Lagoa, um prémio justo e merecido para aquele Clube e que surgiu no seguimento de um desafio deixado em dezembro pelo senhor Presidente da Câmara.

A forma exemplar como tem cumprido a sua função social e desportiva é resultado das diferentes gerações de atletas e da dedicação de vários dirigentes e treinadores, sendo motivo de orgulho para o Município de Lagoa, o que torna o Clube de Patinagem de Santa Cruz merecedor do nosso mais vivo apreço e louvor por todo o trabalho desenvolvido e pelo empenho e dedicação demonstrados.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor;
- A Assembleia Municipal delibere dar conhecimento deste voto de louvor ao Clube de Patinagem de Santa Cruz.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de louvor ao Clube de Patinagem de Santa Cruz.

De seguida, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que cumprimentou todos os eleitos locais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, passando a ler o seguinte:

“Como bem sabem esta freguesia é a que fica mais central na cidade de Lagoa e como tal, é o principal centro de atividade comercial, de oferta de serviços à população e por via disso cria

uma maior pressão no município para a resolução de alguns problemas e lacunas que ainda subsistem.

Nos últimos dez anos, o executivo camarário muito executou nesta freguesia, nomeadamente:

- Disponibilização de novos equipamentos e garantimos novos serviços às populações;
- Requalificação de equipamentos e melhoramos as acessibilidades;
- Apoio à recuperação de algumas centenas de habitações e apoiamos igualmente as instituições da freguesia;
- Cedência de uma nova casa à Junta de Freguesia para que pudesse prestar melhores serviços à população, destacando o Tecnoparque é a obra que vai marcar um novo patamar no desenvolvimento da freguesia. Cercado por dúvidas e incertezas, foram construídas as infraestruturas que permitiram que o primeiro edifício do Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia fosse edificado, esperando que em breve possa receber as primeiras empresas de base tecnológica.

O Governo Regional já anunciou para breve o lançamento de um concurso para a construção do segundo edifício. Os projetos do Hospital e a Unidade de Produção de Isótopos, apesar de atrasados na sua implementação, em virtude da demora da vigência dos novos fundos comunitários, irão ser construídos nos próximos anos, para que estejam em funcionamento e sejam um fator de desenvolvimento para o concelho e para a freguesia. O grande desenvolvimento registado nesta freguesia foi determinante para que a vila da Lagoa em 2012 fosse elevada ao estatuto de cidade.

Tem consciência que ainda existe muito a fazer e que nesta fase que atravessamos, apelamos às políticas sociais por forma a dar respostas eficazes às famílias e às empresas.

Na próxima segunda-feira mais quarenta novos colaboradores irão integrar, durante dois anos, o quadro de pessoal do Município. Renovamos os contratos, por mais um ano, com 20 colaboradores e apresentámos uma candidatura para mais trinta.

Sabemos ainda que algumas centenas de pessoas vão continuar no desemprego sem qualquer perspectiva de a curto prazo resolverem a sua situação.

Daí que o investimento público seja fundamental, onde, para nós, o novo quadro comunitário é uma oportunidade para continuarmos a modernizar o concelho e esta freguesia em particular.

Apesar de ser evidente um atraso na entrada do novo quadro comunitário e a incerteza nos critérios de elegibilidade, já estamos a trabalhar em vários projetos designadamente: a renovação do parque escolar do 1.º ciclo; o Mercado Municipal, a Valorização da frente marítima do Rosário.

Em breve iremos ter o início do projeto de requalificação da Praça de Nossa Senhora do Rosário. Continuaremos a investir nesta freguesia e a curto prazo a remodelação do polidesportivo do Rosário, o novo canil municipal e as obras de beneficiação do Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda são disso exemplo.

Temos ainda para esta freguesia grandes dois desafios: conseguir que o Governo Regional avance com a construção de um porto de pescas e a requalificação a novas funções da fábrica do álcool.

Há vinte anos atrás os desafios eram outros. Passados vinte anos verificamos que o trabalho conjunto das autarquias, do governo, das empresas e das pessoas desta freguesia cresceu e desenvolveu-se de forma notável.

Este facto é a melhor garantia de que no futuro vamos vencer estes desafios. Assim espero poder afirmar daqui a 20 anos: Valeu a pena, conseguimos!”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou estar disponível para prestar os esclarecimentos que entendessem ser necessários.

Acrescentou que, para além do relatório de atividades, tinham sido disponibilizados, na véspera, dois documentos, nomeadamente a informação financeira e o calendário da faturação a liquidar por fornecedor.

Na informação financeira podia-se constatar uma execução da receita na ordem dos 14.1% e na execução da despesa 8.1%. Relativamente ao calendário da faturação, a autarquia tinha transitado o ano sem qualquer dívida a fornecedores e, atualmente, a dívida era de apenas 7,67€, sendo certo que não se iria conseguir manter aquele indicador.

O Deputado Municipal Gilberto Borges referiu que não podia concordar com um dos pontos do referido relatório, nomeadamente nas ações desenvolvidas pelo Parque Municipal de Obras – limpeza das sarjetas de água pluviais em todas as ruas da freguesia – pois aquelas eram limpas pela Junta de Freguesia. Informou, ainda, que a Junta de Freguesia do Rosário era a única na Lagoa e, provavelmente, até mesmo a nível de São Miguel e dos Açores, que procedia à referida limpeza 365 dias no ano, inclusive no Natal e no primeiro dia do ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

Foi presente a circular n.º 131/2014 de 18 de dezembro, do ano findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Associação Nacional de Municípios Portugueses realiza nos dias 27 e 28 de março de 2015, no Centro de Conferências do Troia Design Hotel, em Troia, o seu XXII Congresso Nacional.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses três delegados de cada município associado, de entre os quais um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituo (também este Presidente de Junta de Freguesia) ambos eleitos Assembleia Municipal.

Neste sentido vimos solicitar que seja aproveitada, se possível, a próxima reunião da Assembleia Municipal a realizar ainda durante o corrente mês de dezembro ou, em alternativa, a reunião a ter lugar durante o mês de fevereiro de 2015 para procederem à eleição dos referidos presidentes de Junta de Freguesia (efetivo ou substituto) tendo em vista a representação das Juntas de Freguesia desse município no XXII Congresso da ANMP.

Ficamos à inteira disposição de V. Exa para prestar todos os esclarecimentos que entenda por necessários e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, de acordo com os Estatutos daquela Associação, participavam no congresso o Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Deveria ser eleito pela Assembleia Municipal um Presidente de Junta e um suplente, pelo que, propôs a eleição da Deputada Municipal Victória da Silva Couto, Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, e como suplente, o Deputado Municipal Gilberto de Sousa Borges, Presidente da Junta de Freguesia do Rosário.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º** Eleger a senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã e como suplente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, que abaixo se transcreve:

“A atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais aprovada em sessão da Assembleia Municipal, de 30 de dezembro de 2013, não contempla o serviço de Auditoria Interna.

Face às atuais exigências, torna-se necessário criar o Gabinete de Auditoria Interna que visa assegurar, no âmbito da auditoria interna, a melhoria e a eficiência dos serviços municipais, o cumprimento das disposições legais e regulamentares nos procedimentos e a prossecução dos objetivos fixados, com vista à melhoria contínua, à transparência e à excelência do desempenho das estruturas organizacionais e ainda o controlo e monitorização do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

Assim, proponho a alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, para aditar o artigo 17.º - A, “Gabinete de Auditoria Interna”, em anexo, acompanhado da republicação da referida Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.”

Anexo à proposta foi presente a alteração da estrutura e organização dos serviços municipais.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que a presente alteração prendia-se com a introdução do Gabinete de Auditoria Interna. O executivo camarário entendeu ser importante a sua criação, de forma a melhorar os serviços prestados pela Autarquia.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º** Aprovar a proposta da alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, constante no documento anexo;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – DOAÇÃO DE IMÓVEL AO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA ATALHADA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta referente à doação de imóvel ao Centro Social e Cultural da Atalhada, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa é proprietária do imóvel, sito à Canada das Mercês, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo

831 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1400/Rosário, com o valor patrimonial de 50.430,00€ (cinquenta mil quatrocentos e trinta euros);

Considerando que no referido imóvel encontra-se a funcionar atualmente o Posto de Informática, gerido pelo Município, para apoio à população e sobretudo aos jovens em idade escolar que não têm acesso à Internet e que não possuem computadores;

Considerando que o Centro de Convívio de Idosos, gerido pelo Centro Social e Cultural da Atalhada também utiliza este espaço como Centro de Convívio de Idosos, para partilha de diversas atividades na área do artesanato, bricolage, festas populares, entre outras, por cedência gratuita do município desde o ano de 2000;

Considerando que o Centro Social e Cultural da Atalhada é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, cuja atividade é de manifesto interesse público, tendo por objetivo o desenvolvimento de atividades sociais e culturais, designadamente no apoio e proteção a famílias, crianças, jovens e idosos, em situação de carência económica e social, no âmbito da educação e formação profissional, na resolução de problemas habitacionais e nas mais variadas situações de interesse social, especialmente direcionadas a um público jovem e idoso do município;

Considerando que o Centro Social e Cultural da Atalhada existe desde 1997, não possuindo sede própria, com condições para albergar os seus serviços administrativos, como também para assegurar o arquivo, armazenagem de bens e espaço para reuniões dos órgãos e respetivo espaço de trabalho;

Considerando que o Centro Social e Cultural da Atalhada tem um projeto antigo que se prende com a criação de uma sede oficial, pretendendo que para o efeito, a Câmara Municipal proceda à doação efetiva do edifício em causa, para que, deste modo possam iniciar um pedido de apoio junto do Governo Regional, visando a requalificação do imóvel em causa, exigível pelas condições de deterioração que apresenta.

Considerando que, o referido imóvel é essencial para o desenvolvimento das atividades do Centro Social e Cultural da Atalhada, que, não dispõe de condições económico-financeiras para arrendar ou, tão pouco, adquirir outro imóvel, é intenção desta Câmara Municipal doar o referido imóvel ao Centro Social e Cultural para que este possa continuar a desenvolver as suas atividades de forma digna e duradoura;

Proponho que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal autorização para a doação efetiva do imóvel em causa, ao Centro Social e Cultural da Atalhada, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelo prestígio alcançado em prol dos habitantes do concelho.

No entanto, deverá ser assegurado que, não será dada utilidade diferente ao referido imóvel, salvo autorização expressa da Câmara Municipal de Lagoa, sendo que, em caso de extinção do Centro Social e Cultural da Atalhada, o imóvel ora doado, reverterá na sua totalidade ao município. ”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a presente doação se inseria na política do Município, em transferir para as instituições edifícios, que eram utilizados pelas mesmas, para o desenvolvimento das suas atividades.

No caso em apreço, e tendo em conta que o Centro Social e Cultural da Atalhada estava a desenvolver ações, com vista a que fosse doado àquela instituição as ruínas de um edifício que encostava ao imóvel a ser doado, tendo em vista a construção da sua sede, pelo que se justificava, ainda, mais aquela doação.

Acrescentou que a Autarquia ficaria liberta de encargos relacionados com a gestão e manutenção do edifício.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria dos vinte e quatro membros presentes, com a abstenção do Deputado Municipal Frederico Furtado:

1.º Autorizar a doação efetiva do imóvel em causa ao Centro Social e Cultural da Atalhada, nos termos da alínea i) do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de nomeação do Auditor Externo das Contas do Município de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro “O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas”

Dado que este Município detém capital em entidade do Setor Empresarial Local desde o ano de 2007 o referido serviço tem vindo a ser prestado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 13/09/2007.

O valor da adjudicação tem vindo a aumentar devido ao índice de inflação, pelo que, será necessário nova autorização do limite estimado, propondo-se o valor de 13.000,00€ acrescido do IVA.

Proponho que o assunto seja presente à reunião da Câmara Municipal, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal para a nomeação do auditor externo das contas do Município - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados,

conforme previsto no referido n.º 1 do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, sendo estimado como preço base o valor de 13.000,00€ acrescido do IVA.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquela proposta era no sentido de manter o mesmo auditor, tendo em conta que estavam a finalizar o processo de liquidação da Empresa Municipal de Lagoa, não fazendo sentido naquela fase mudar de Revisor Oficial de Contas, até porque o desempenho tinha sido satisfatório.

Esclareceu, ainda, que o valor proposto estava dentro dos valores praticados no mercado.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1.º Nomear o auditor externo das contas do Município, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, para prestar os referidos serviços, nos termos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA- DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a recente adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2015.

Estas despesas de representação, concretamente no valor de 194,79€, valor sobre o qual se aplica ainda a redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2011, é fixada por

despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicado na Portaria 1153-C/2008 de 31 de dezembro.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a presente proposta era para ter sido presente aquando da aprovação do orçamento para o corrente ano, mas que tinha havido um esquecimento dos serviços camarários. A proposta era no sentido de se aprovar as despesas para os Chefes de Divisão, nos termos da Lei.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta apresentada de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com efeitos retroativos a 1 de janeiro, do corrente ano.

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA- PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR:

Pela Câmara Municipal, foi presente proposta de atribuição de remuneração complementar, cujo teor abaixo se transcreve:

“Com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2014/A, de 27 de novembro, relativo à Remuneração Complementar, compete à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal a decisão de atribuição da remuneração complementar aos trabalhadores que auferem remunerações totais ilíquidas mensais superiores a 1.500,00€ e até 2.080,00€, inclusive, cujo montante consta da tabela em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere a atribuição da remuneração complementar aos trabalhadores que se encontrem nestas condições.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que por uma questão de justiça e equidade para com todos os restantes trabalhadores da Autarquia, que já recebiam a remuneração complementar.

Aproveitou a oportunidade para informar que, há um ano atrás, o seu entendimento tinha sido o de não pagar a referida remuneração complementar, decidindo afetar aquela verba aos projetos de empregabilidade. Em agosto, do ano transato, a legislação tinha-se alterado, passando a ser obrigatório o seu pagamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta apresentada de atribuição de remuneração complementar, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 22/2014/A, de 27 de novembro, com efeitos retroativos a 1 de janeiro, do corrente ano.

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

De seguida, passou-se à discussão conjunta do ponto n.º 8 e do n.º 9, tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal passado a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que em relação aos dois prémios abaixo identificados eram prémios que já estavam em mente, há já algum tempo.

Foram associadas duas personalidades do concelho e pretendia-se com aqueles prémios a promoção e divulgação daquelas duas artes. Referiu, ainda, que eram prémios a atribuir em anos alternados, sendo, no presente ano, atribuído o prémio Municipal de Pintura Numídico Bessone.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – REGULAMENTO DO PRÉMIO MUNICIPAL LITERÁRIO PADRE DOUTOR SIMÃO LEITE BETTENCOURT:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento do Prémio Municipal Literário Padre Doutor Simão Leite Bettencourt, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 232, de 1 de dezembro de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta do Regulamento do Prémio Municipal Literário Padre Doutor Simão Leite Bettencourt, nos termos na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – REGULAMENTO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE PINTURA NUMÍDICO BESSONE:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento do Prémio Municipal de Pintura Numídico Bessone, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 231, de 28 de

novembro de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta do Regulamento do Prémio Municipal de Pintura Numídico Bessone, nos termos na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

PONTO N.º 10 – DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO – PEDREIRA (CAMINHO DA PORTELA) – ÁGUA DE PAU:

Foi presente pela Câmara Municipal a informação prestada pelo serviço de notariado desta Autarquia referente à desafetação de uma parcela de terreno sito à Pedreira (Caminho da Portela), freguesia de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

“Levo ao conhecimento de V. Ex^a, que este Município em 21.10.1988, celebrou uma Escritura de Compra e Venda de 2 parcelas de terreno, com as áreas respetivamente de 264m², sita à Pedreira, freguesia de Água de Pau, a desanexar do artigo 52, Secção X de Água de Pau, e 300m², sito à Caloura (Caminho da Portela), freguesia de Água de Pau, a desanexar do artigo 1, Secção Z, da mesma freguesia, deste Concelho, ao Sr. Ricardo Pimentel Tavares do Canto.

- Pela Divisão de Informação Cadastral foi-nos comunicado:

a) Que a área de 264 m² adquirida na referida Escritura não coincide com a área demarcada no terreno que é de 200m².

- Neste sentido deverá informar-se aqueles Serviços Cadastrais, que a diferença de área existente entre a adquirida e a constante no terreno, encontra-se dentro do limite estabelecido na Lei.

b) Mais informam, que aquando da Correção do Caminho da Portela (Caminho da Vila Nova), foi integrado no prédio do artigo 52-X de Água de Pau, a área de 200m² do caminho público municipal.

- Assim, deste modo, para se proceder à legalização da referida área, será necessário:

1) Proceder à desafetação de uma parcela de terreno com a área de 200 m², do domínio público municipal para ser integradas no domínio privado do Município, abaixo discriminada:

- 200m² de terreno, sita à Pedreira (Caminho da Portela), freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte, Nascente e Poente – As proprietárias e Sul - Caminho, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros);

- 2) Que a Câmara submeta à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e ccc) do n.º 1, do artigo 33º e alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 2 de setembro;
- 3) Proceder à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 30 dias, bem como na página oficial desta Câmara Municipal, em <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt>;
- 4) Proceder posteriormente à escritura de cedência/doação, com as Senhoras Maria Margarida Chaves Tavares do Canto Gomes e Maria Beatriz Chaves Tavares do Canto;
- 5) Encarregar os respetivos serviços de dar seguimento ao processo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

- 1.º Proceder à desafetação de uma parcela de terreno com a área de 200 m², do domínio público municipal para ser integradas no domínio privado do Município, abaixo discriminada:
 - 200m² de terreno, sita à Pedreira (Caminho da Portela), freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte, Nascente e Poente – As proprietárias e Sul - Caminho, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros);
- 2.º Proceder posteriormente à escritura de cedência/doação, com as Senhoras Maria Margarida Chaves Tavares do Canto Gomes e Maria Beatriz Chaves Tavares do Canto
- 3.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal, foi presente proposta de atualização do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“O atual Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa-Açores, elaborado com base na Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, foi aprovado em reunião da Câmara Municipal, de 28 de dezembro de 2009.

Desde essa data, a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais já foi alterada de acordo com as exigências dos serviços e as necessidades a satisfazer e também devido à internalização das competências e do pessoal da Empresa Municipal de Lagoa, na Câmara Municipal, no início de 2014.

Face às exigências do cumprimento das disposições legais e regulamentares nos procedimentos e ao controlo e monitorização do referido Plano, torna-se necessário atualizar o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

Assim, proponho a atualização do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa-Açores, em concordância com a atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e funcionamento dos Serviços Camarários.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou se tratar da atualização do referido Plano, de acordo com a nova estrutura e a organização dos Serviços Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 12 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE UM CURTO PRAZO DE 400.000,00€ - ERRATA:

Pela Câmara Municipal, foi presente a errata relativa à contratação de um empréstimo de curto prazo no valor de 400.000,00€, cujo teor abaixo se transcreve:

“Foi aprovada em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal de Lagoa, de 24 de outubro e 11 de novembro de 2014, respetivamente, a proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo, para o ano de 2015.

Por lapso, na proposta apresentada, foi incorretamente supracitada legislação que à data da sua aprovação já não se encontrava em vigor, pelo que proponho que se procede à sua devida correção.

Deste modo, onde consta “Considerando que nos termos do n.º 1, do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, o limite de endividamento de curto prazo é de 432.805,83€.”, deverá constar “Considerando que nos termos do artigo 52.º da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o limite da dívida total da autarquia é de 667.525,00€.”

Bem como, onde consta “- Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para que este Órgão delibere autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”, deverá constar “- Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para que este Órgão delibere autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que aquela errata era no sentido de corrigir uma imprecisão da proposta, que referia uma legislação antiga, quando na realidade deveria ser nos termos do novo diploma.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 13 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente pela Câmara Municipal a informação, acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2014, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que os serviços camarários estavam a cumprir com as medidas constantes do referido Plano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 14 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2014:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente pela Câmara Municipal o Relatório de Avaliação de 2014.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que, de acordo com a legislação em vigor sobre aquela matéria, era necessário elaborar o referido relatório, que era presente à Assembleia Municipal para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 15 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA – INCLUSÃO DE VALOR:

Pela Câmara Municipal, foi presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa – Inclusão de Valor, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 11 de novembro do corrente ano, foi proposto que as habitações alvo de melhorias apoiadas por esta Câmara Municipal ficassem sujeitas a um ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data de conclusão das obras objeto do apoio ou da aquisição do terreno, consoante o caso, **desde que o valor total do apoio concedido seja igual ou superior a 5.000,00€ (cinco mil euros).**

Nestes termos, proponho a seguinte redação do art.º 13-A:

Artigo 13-A.º

Ónus de inalienabilidade

1 - As habitações estão obrigatoriamente sujeitas a um ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data de conclusão das obras objeto do apoio ou da aquisição do terreno, consoante o caso, desde que o valor total do apoio concedido seja igual ou superior a 5.000,00€ (cinco mil euros).”

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que se tratava de dar conhecimento da deliberação camarária, conforme orientações daquela Assembleia Municipal, em relação ao valor a partir do qual era efetuado o registo do ónus a favor da Câmara Municipal, no apoio à habitação degradada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 16 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 1.º SEMESTRE DE 2014 DA EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M., EM LIQUIDAÇÃO:

Pela Câmara Municipal foi presente o documento referente às demonstrações financeiras do 1.º semestre do ano de 2014, da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 17 - CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS:

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 4338, datado de 30 de dezembro, do corrente ano, solicitando nos termos da alínea h) do Capítulo II do art.º 3.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 30 de abril de 2014, a designação três representantes, até aos 35 anos, residentes no município, a fim de integrar o referido Conselho.

O Deputado Municipal Frederico Sousa referiu que o Partido Socialista propunha os seguintes representantes:

- Paulo Ricardo Melo;
- André Branquinho;
- Telmo Ferreira;

Aproveitou a oportunidade para informar da importância daquele Órgão deliberativo tomar conhecimento da atividade dos vários conselhos já criados, pelo que seria conveniente ser presente à Assembleia atas ou relatórios da atividade desenvolvida pelos mesmos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Indicar os seguintes representantes para integrar o Conselho Municipal de Juventude:

- Paulo Ricardo Melo;
- André Branquinho;
- Telmo Ferreira;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 18 – OUTROS ASSUNTOS:

A Deputada Municipal Helena Furtado, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões:

- Foi tornado público, através da comunicação social, que as consultas promovidas pelo Dr. Paulo Margato não eram suficientes para todos os lagoenses que necessitam das mesmas, para além de que, 30.000,00€ mensais era muito dinheiro para realizar três consultas ao mês;
- Não concordava com o sistema de distribuição do Jornal Diário da Lagoa, que era feito em apenas em alguns pontos do concelho. Sublinhou que seria conveniente fazer a sua distribuição pelas habitações, cabendo à autarquia analisar quais eram as famílias que teriam interesse em receber o mesmo, pois sabia que nem todos os lagoenses tinham o hábito de leitura;

- Não concordava com a afirmação do senhor Presidente da Câmara em relação ao facto de que a autarquia lagoense tinha feito muito no sentido de centralizar o comércio, da freguesia do Rosário. Pelo contrário, o alargamento dos passeios, na rua 25 de Abril, tinha prejudicado a sua atividade, pois os clientes não tinham sítio para estacionar as viaturas, quando se dirigiam ao seu estabelecimento comercial. Acrescentou que já tinha sido alvo de algumas multas pelo facto da sua viatura se encontrar ali estacionada.

Sobre as questões levantadas pela Deputada Municipal Helena Furtado, o senhor Presidente da Câmara informou que, em relação às consultas promovidas pelo Dr. Paulo Margato, tinha sido entendimento da Câmara Municipal, nos anos de 2007 ou 2008, num quadro de grandes dificuldades ao acesso ao serviço de saúde, celebrar o referido acordo, como poderia ser outra medida qualquer. Ao longo do tempo, o mesmo foi-se alterando quanto aos utentes, dado que, naquele momento, o maior trabalho era promovido junto de grupos de riscos, como o caso da toxicodependência. Para a autarquia lagoense era um projeto que se justificava dar continuidade.

Referiu, ainda, que não eram três consultas mensais, mas quase um milhar de consultas, por ano, e que eram prestadas em três freguesias do concelho, Água de Pau, Cabouco e Rosário.

Relativamente à distribuição do jornal Diário da Lagoa percebia a questão levantada, mas era uma situação que ultrapassava o município. Tratava-se de um jornal de distribuição gratuita, pelo que entendia não ser possível fazer a distribuição porta a porta.

Quanto à afirmação referida, informou que não tinha sido aquilo que tinha dito, para além de que o alargamento dos passeios já tinha sido um assunto, amplamente, discutido. Nos grandes centros históricos das cidades não era permitida a circulação do trânsito, sendo as cargas e descargas feitas após o período normal de funcionamento.

A Deputada Municipal Helena Furtado informou que no caso do seu estabelecimento comercial nem aos clientes era permitido estacionar, quanto ao lado norte da igreja já estava vedada a circulação. Reconhecia que não era fácil arranjar terreno para a construção de um parque de estacionamento, sendo necessária uma solução que pudesse dar resposta à falta de lugares para estacionamento.

O Deputado Municipal Gilberto Borges interveio referindo que o problema não era devido ao facto da Deputada Municipal Helena Furtado manter a viatura estacionada no passeio, mas devido à falta de segurança de as pessoas que ali circulavam. Por um lado, deparavam-se com

uma viatura estacionada, que as obrigava a fazer o desvio para a via pública e, por outro lado, com o rebaixamento do passeio.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Norberto Ponte que sublinhou não concordar com a recente alteração de trânsito efetuada na freguesia do Rosário, nomeadamente na Travessa da Quebrada, Rua da Furna e Travessa de São José, alegando que quando chegasse à época balnear o fluxo de viaturas, naquela zona, seria enorme, podendo acarretar uma série de dificuldades.

Sublinhou, ainda, o facto de o Jornal Açoriano Oriental, nos flagrantes, estar a publicar, quase diariamente, flagrantes do concelho de Lagoa, pelo que, no seu entender, a Câmara Municipal deveria tomar uma atitude relativamente àquele assunto.

O Senhor Presidente da Câmara interveio e informou que em relação aos flagrantes não podia fazer nada, pois o jornal era livre de publicar o que entendesse e que mal estaria um Presidente de Câmara se se preocupasse com aquele tipo de situação. No entanto, esclareceu que algumas das fotografias publicadas não tinham nada de flagrante e que, obviamente, não gostava de ver a situação repetir-se, quase diariamente, mas que nada poderia fazer.

O Deputado Municipal André Almeida informou que, no passado, quando havia alterações significativas ao trânsito, a respetiva comissão era convocada para estudar a situação. Sublinhou o facto de fazer parte daquela comissão e que não tinha recebido qualquer convocatória para o efeito. No seu entender, era importante auscultar a comissão de trânsito, pois na qualidade de membro da mesma, sempre defendera o princípio básico da segurança dos transeuntes.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a principal razão da referida alteração prendia-se com o facto de na zona existir um equipamento público, que era frequentado, diariamente, por centenas de pessoas.

O Deputado Municipal André Almeida referiu que devido ao facto de se percorrer mais um quilómetro estava-se a colocar em causa a segurança das pessoas, no que dizia respeito à Travessa da Quebrada. Acrescentou que, apesar da existência de um espelho, a visibilidade era quase nula, aumentando o risco de acidente.

O Senhor Presidente da Câmara informou que aquela alteração de trânsito prendia-se com o interesse comum e não com o interesse particular.

O Deputado Eduíno Rego congratulou o Município pela alteração efetuada, defendendo o facto de utilizar com frequência aquele espaço público e que a presente alteração permitia aos utilizadores daquele espaço, através da Travessa de São José voltar ao Porto dos Carneiros, sem que houvesse a obrigatoriedade de ir até à Avenida Infante D. Henrique.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
